

Republicanos históricos, divergências internas e destinos sociais: a atuação política dos fundadores de duas entidades de propaganda republicana da cidade de Paranaguá (Estado do Paraná, 1881-1920)

Historical republicans, internal disagreements and social destinies: political performance of the founders of two republican propaganda entities of the municipality of Paranaguá (State of Paraná, 1881-1920)

Sandro Aramis Richter Gomes*

Resumo: Este artigo apresenta uma investigação a respeito dos destinos sociais e políticos dos fundadores de duas entidades de propaganda republicana criadas na cidade paranaense de Paranaguá, nos anos de 1881 e 1887. O objetivo deste estudo é refletir a respeito dos limites da inserção de republicanos históricos na vida política do Estado do Paraná durante a Primeira República. São aqui fundamentados três argumentos. Primeiro, é demonstrado que a aliança entre os fundadores dessas associações foi pouco duradoura. Segundo, é destacado que, em sua maior parte, os membros desses órgãos republicanos não desenvolveram uma carreira política. Eles não obtiveram relevante espaço nos partidos e nos esquemas de nomeações para cargos públicos. Terceiro, é evidenciado que os poucos republicanos históricos daquele município que exerceram mandatos após 1889 tornaram-se lideranças políticas de projeção limitada ao âmbito municipal.

Palavras-chave: Clubes republicanos. Política paranaense. Primeira República.

Abstract: This article investigates the social and political destinies of the founders of two republican propaganda entities created in the city of Paranaguá, in the years 1881 and 1887. The purpose of this article is analyzes the limits of insertion of historical republicans in the political life of the State of Paraná at the time of the First Republic. In this context, three arguments are supported here. First, it is shown that the alliance between the creators of these entities was brief. Second, it is noted that, for the most part, the members of these republican bodies have not developed a political career. They did not gain relevant space in political parties and appointment schemes for public office. Third, it is shown that the rare historical Republicans of that

* Graduado (2009), mestre (2012) e doutor (2017) em História pela Universidade Federal do Paraná. Presentemente realiza estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

municipality who exercised their mandates after 1889 became political leaders of projection limited to the municipal scope.

Keywords: Republican clubs. Political life of Paraná. First Republic of Brazil.

Introdução

Neste artigo é apresentada uma investigação acerca da ação política dos fundadores de duas entidades de propaganda republicana da cidade paranaense de Paranaguá após a queda do Império. O objetivo desta análise é refletir a respeito dos fatores que impuseram limites à participação de republicanos históricos de um município sulino na vida partidária e nos esquemas de nomeações para cargos públicos a partir do ano de 1889. No presente trabalho, o ano de 1881 refere-se ao momento da criação do Núcleo Republicano de Paranaguá. O ano de 1920, por sua vez, marca o fim de nossa investigação. Em tal ano, ocorreu a reeleição de um republicano histórico ao posto de prefeito desse município.

A investigação desenvolvida neste artigo tem o propósito de avançar na compreensão sobre os destinos de republicanos históricos após o fim do regime monárquico no Brasil. O estudo desses destinos é crucial para reconhecer os fatores da ausência de uma ação política conjunta de antigos membros de entidades republicanas a partir de 1889. Ele também é capital para identificar a natureza das relações mantidas entre os republicanos históricos e os antigos monarquistas nos partidos e nas agências da administração pública.

Há três argumentos sustentados nesta abordagem. O primeiro argumento afirma que os fundadores das duas entidades de propaganda republicana de Paranaguá não mantiveram entre si duradoura aliança política. A competição por posições de comando no clube republicano do município foi uma das causas do rompimento dessa aliança.

O segundo argumento afirma que, em sua maior parte, os republicanos históricos de Paranaguá não desenvolveram uma carreira política após a derrocada do Império. Ocasionalmente, eles conseguiam ser nomeados para cargos públicos. Esses cargos não lhes permitiram exercer destacada influência nos órgãos da administração estadual e municipal. O envolvimento desse grupo de republicanos nas atividades políticas foi circunstancial.

Terceiro, compete salientar que foram pouco numerosos os casos de republicanos históricos em Paranaguá que desenvolveram uma carreira política após 1889. Os membros desse pequeno grupo de mandatários tornaram-se chefes políticos municipais. Foram raros os momentos em que eles lograram exercer mandatos para além das instituições políticas locais.

Uma característica que distingue uma parte dos estudos acerca do movimento republicano brasileiro consiste no aspecto panorâmico da abordagem. Tal perspectiva de estudo identifica os objetivos primordiais e as formas de ação política adotadas pelos republicanos históricos. Essa vertente de análise não é inerente apenas às análises que se detiveram sobre os próceres nacionais do movimento republicano¹

Os estudos sobre o movimento republicano em áreas provinciais também se caracterizam pelas análises esquemáticas acerca do quadro de lideranças, modos de utilização da imprensa para fins políticos e formas de ação eleitoral.² A reiteração dessa linha de estudo cria obstáculos para o entendimento das desigualdades que existiram entre republicanos históricos no que concerne às suas formas de inserção na vida partidária dos estados. Em suma, são episódicos os avanços no estudo da organização regional de tal movimento.³

Outra corrente de estudos sobre a ação política dos republicanos históricos é marcada pelas abordagens de trajetórias individuais. Há tempos, a historiografia tem dedicado maior atenção aos percursos de um seletivo grupo de republicanos, como Antônio da Silva Jardim, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva.⁴ Cabe destacar que os mais promissores avanços na compreensão da ação e dos insucessos políticos de republicanos históricos foram efetuados por meio do estudo da trajetória de Silva Jardim.⁵

A investigação das trajetórias de republicanos mantém-se pouco desenvolvida na historiografia paranaense. Há apenas abordagens esparsas acerca dessas trajetórias.⁶ De sua parte, o presente artigo investiga o processo de desagregação de

¹ Acerca dessa linha de abordagem, ver Boeher (2000), Costa (1998), Holanda (1972), Mello (2012).

² A esse respeito, ver Pessoa (1983), Santos (1990), Vernalha (1989).

³ Concernente à ação política dos republicanos históricos na Província de Minas Gerais, ver Viscardi (2013).

⁴ Ver Silva (1982), Silva (1986), Tavares (1987).

⁵ Ver Fernandes (2008), Hardman (1998), Lima (1987), Prado (2001).

⁶ Para o conhecimento das trajetórias de uma parcela dos republicanos históricos do Paraná, ver Bega (2013), Corrêa (2006), Vanali (2017).

um grupo de republicanos. O avanço proporcionado por tal análise consiste em ressaltar as diferenças entre os membros desse grupo no que diz respeito às suas formas de atuação em um cenário político regional.

Cumpra salientar que o presente trabalho emprega métodos de investigação inspirados na prosopografia (STONE, 2011). De fato, este artigo não possui uma característica inerente aos estudos que aplicam essa metodologia. Tal característica é a análise de uma amostra constituída por expressivo número de indivíduos (CHARLE, 2006).

No entanto, a abordagem prosopográfica contém sugestões operacionais para o reconhecimento de analogias acerca das origens sociais, das carreiras profissionais e da atividade política dos propagandistas da República. Para a execução dessa tarefa, é efetuada a análise de informações respeitantes aos percursos de vinte e um republicanos.⁷ Tal linha de investigação favorece a construção de um pormenorizado retrato de grupo.

O Núcleo Republicano de Paranaguá: perfil social dos fundadores e dispersão de percursos políticos

No início dos anos 1880, a criação de *núcleos republicanos* era vista, em diferentes províncias do Império, como a estratégia inicial para disciplinar as atividades políticas dos defensores do fim do regime monárquico. Os *núcleos* buscavam regrar os processos de homologação de candidaturas republicanas às esferas do Poder Legislativo. Outra função dessas associações era manter interlocução com entidades congêneres. No período em tela, a fundação desses órgãos tinha por objetivo permitir que os republicanos desenvolvessem uma ação política permanente. A realização desse objetivo exigia a precisa divisão de tarefas entre os envolvidos no movimento republicano.⁸

Contudo, existiram dificuldades para a integração entre os republicanos estabelecidos em diferentes cidades do Império. A determinação de limites para que

⁷ As informações que embasam o desenvolvimento deste artigo são oriundas de jornais editados nas cidades de Curitiba, Paranaguá e Rio de Janeiro. Os periódicos utilizados neste trabalho estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>

⁸ Em março de 1881, por exemplo, foi instituído um Núcleo Republicano na cidade paulista de Santos. Essa entidade foi organizada sob a forma de um diretório municipal. Ela mantinha permanente comunicação com os dirigentes do Partido Republicano de São Paulo. O referido Núcleo possuía a prerrogativa de indicar nomes para comporem as chapas de candidatos desse partido (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 mar. 1881, p.1).

cada *clube* ou *núcleo* influísse nas estratégias de ação política dos Partidos Republicanos das províncias originava celeumas entre os correligionários. Ao tempo da formação do movimento republicano em Paranaguá, tais celeumas já ocorriam.⁹

Nesse município, no ano de 1881, ocorreu a implantação de um Núcleo Republicano. A finalidade desse órgão era promover localmente a difusão do ideário republicano. Os seus integrantes tinham o compromisso de defender, por meio da imprensa, a mudança de regime político no Brasil. Eles também buscavam estimular a implantação de entidades congêneres na Província do Paraná (SIMAS, 1940, p. 11).

A força política dos criadores do Núcleo Republicano de Paranaguá era pouco significativa. Os candidatos ligados a essa associação não ameaçaram o predomínio eleitoral dos membros dos partidos Conservador e Liberal. Nesse âmbito, cabe destacar que, em janeiro de 1886, houve no 1º distrito eleitoral do Paraná uma eleição para preencher onze vagas à Assembleia Legislativa Provincial. O único republicano sufragado nesse distrito foi Fernando Machado Simas (1851-1916). Ele angariou apenas três votos. Tal desempenho lhe conferiu a décima quarta – e antepenúltima – posição no pleito (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20 jan. 1886, p. 2).

Nessa época, o 1º distrito eleitoral da província abrangia municípios do litoral e do primeiro planalto do Paraná. Nos cinco municípios adjacentes a Paranaguá, Simas não teve o apoio necessário para conquistar um mandato. Nessa oportunidade, os eleitores do litoral escolheram três negociantes para exercer mandato de deputado provincial. Tais negociantes eram o liberal João Viana, que obteve 108 votos; e os conservadores João Eugênio Gonçalves Marques e Presciliano da Silva Correia, os quais tiveram idêntico desempenho no pleito. Eles angariaram 100 sufrágios (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20 jan. 1886, p. 2).

Em 1886, o apoio político conquistado pelos republicanos foi suficiente apenas para eleger Fernando Simas ao cargo vereador de Paranaguá. Nesse pleito, ele foi o candidato mais votado – amealhou 15 votos. Tratava-se de um contexto em que os conservadores estavam politicamente fortalecidos, visto que comandavam o Gabinete Ministerial, cujo presidente era o Barão de Cotegipe. Simas, portanto, superou

⁹ Convém destacar que, em 1881, o Clube Republicano da freguesia carioca de São Cristóvão tentou influir nas deliberações do Partido Republicano existente na cidade do Rio de Janeiro. Porém, essa agremiação não permitiu que os clubes a ela ligados participassem da formulação de estratégias eleitorais. Essa negativa motivou um protesto do Clube Republicano de São Cristóvão (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 ago. 1881, p. 2).

lideranças locais do Partido Conservador, como o negociante João Guilherme Guimarães (1857-1927). Tal negociante obteve 12 sufrágios e foi o segundo candidato mais votado. Nessa ocasião, Simas foi o único eleito que não pertencia àquela agremiação (GAZETA PARANAENSE, 03 jul. 1886, p. 2).¹⁰

Simas desempenhou o cargo por apenas nove meses. Em setembro de 1887, ele renunciou à vereança e se mudou para a cidade fluminense de Petrópolis. Em seguida, houve a abertura de uma eleição extraordinária para o preenchimento da vaga da qual ele abdicara (GAZETA PARANAENSE, 28 set. 1887, p. 3).

O ingresso de Simas na Câmara de Paranaguá não foi uma oportunidade para ele defender o ideário republicano. Em tal período, as câmaras brasileiras tinham o encargo de governar os municípios. A implantação das intendências e prefeituras municipais ocorreu a partir do advento da República. Durante o seu mandato de vereador, Simas participou de deliberações sobre assuntos como a arrecadação de impostos e a condução de obras públicas. Esses assuntos não motivaram controvérsias de caráter político entre os mandatários daquela instituição (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 1887).

Trata-se de destacar que a mudança de município realizada por Simas ocorreu um mês após a implantação do Clube Republicano de Paranaguá. Na época em que tal associação foi criada, os membros do extinto Núcleo não permaneciam politicamente unidos. Assim, cumpre mencionar que a maior parte dos fundadores do Núcleo Republicano de Paranaguá não se envolveu na estruturação do Clube Republicano local.

Ao mesmo tempo, cabe salientar os impactos das atividades políticas dos republicanos da cidade de Paranaguá. Um dos principais impactos consistiu no embate com antigas lideranças partidárias do município. A esse respeito, convém destacar que em 1883 foi iniciada a circulação do jornal *Livre Paraná*. Esse periódico não se ocupava apenas de difundir as ideias que os líderes nacionais do movimento republicano sustentavam desde os anos 1870. Editada por Fernando Simas, tal publicação também se atinha aos assuntos da política local. Os articulistas desse jornal se opunham aos próceres do Partido Conservador do em Paranaguá. Os textos

¹⁰ A vitória de Simas não foi um acontecimento isolado. Em 1886, houve outro republicano eleito no Paraná. Tratava-se do engenheiro civil Eduardo Mendes Gonçalves. Ao obter nove sufrágios, ele conquistou a nona colocação no pleito para as vagas da Câmara Municipal de Curitiba. Gonçalves foi o menos votado entre os vereadores eleitos (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02 jul. 1886, p. 2).

veiculados naquele jornal criticavam as pretensões eleitorais de conservadores originários dessa cidade (LIVRE PARANÁ, 18 out. 1884, p. 1).

As ideias emitidas por tal publicação geraram a reação de personagens da elite política da localidade. A principal reação foi o processo judicial decorrente do uso do jornal *Livre Paraná* para tecer críticas aos gestores da firma *Visconde de Nacar & Filho*.¹¹ Essa empresa era comandada por Manuel Antônio Guimarães (1813-1893), detentor do título de Visconde de Nacar, e pelo seu filho João Guilherme Guimarães. Esses negociantes processaram Simas pelo crime de calúnia, o qual estava tipificado na Seção III do Código Criminal de 1830. As penalidades previstas para os condenados a tal crime incluíam a prisão por até dois anos (CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO, 1830).

Esse processo estendeu-se de 1885 a 1886, quando os autores desistiram da ação contra Simas (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18 mar. 1886, p. 2). Em maio de 1887, às vésperas de o seu editor mudar de cidade, o *Livre Paraná* ainda existia (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25 mai. 1887, p. 2). O episódio do litígio entre a família Guimarães e Fernando Simas teve um caráter de conflito localista. Ou seja, ele foi uma implicação do confronto entre políticos veteranos residentes em Paranaguá e os jovens republicanos que almejavam expandir o seu movimento político para além desse município.

Nesse contexto, as principais propostas dos fundadores do Núcleo Republicano de Paranaguá não se realizaram. Tais propostas eram ambiciosas, pois era esperado que os seus efeitos não fossem restritos ao litoral da província. Em outubro de 1885, por exemplo, Fernando Simas publicou um texto no *Livre Paraná*. Nele, tentou persuadir os alemães radicados na cidade de Curitiba a não ingressar nos partidos monárquicos. Ao mesmo tempo, convidou os integrantes dessa comunidade étnica a aderirem ao movimento republicano. Simas sugeriu que os alemães naturalizados deveriam criar o Partido Republicano Federativo. Porém, tal ideia não foi concretizada (LIVRE PARANÁ, 27 out. 1885, p. 2).

¹¹ As informações veiculadas em órgãos da imprensa local contêm indícios de que Simas acusou a referida empresa de participar de um esquema de contrabando no porto de Paranaguá (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03 jul. 1885, p. 1).

Cumpra, por consequência, reconhecer os aspectos centrais do perfil social dos membros fundadores referido Núcleo. O desenvolvimento dessa análise requer a atenção às informações contidas no Quadro 1.

Quadro 1 – Atuação administrativa, profissional e parlamentar dos fundadores do Núcleo Republicano de Paranaguá

Nome	Profissão	Município de residência após 1889	Total de nomeações para cargos públicos no Segundo Reinado	Total de nomeações para cargos públicos na Primeira República	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Bernardo Soares Gomes Júnior	Negociante	Curitiba (PR)	0	0	1	0
Camilo Antônio Laines Filho	Negociante	Paranaguá (PR)	0	0	0	0
Fernando Machado Simas	Farmacêutico	Rio de Janeiro (RJ)	2	2	3	1
Guilherme José Leite	Negociante	Rio de Janeiro (PR)	1	1	1	0
Manuel Bonifácio Carneiro	Negociante	Paranaguá (PR)	2	4	2	1
Maurício Sinke	Negociante	Curitiba (PR)	2	3	1	0
Ricardo Antônio da Costa	Promotor público	Paranaguá (PR)	4	3	0	0

Fontes: A República (PR); Dezenove de Dezembro (PR); Gazeta de Notícias (RJ); Gazeta Paranaense (PR).

Há três elementos a serem destacados das informações inseridas nesse Quadro. O primeiro elemento é que os fundadores do Núcleo Republicano de Paranaguá, em sua maior parte, não permaneceram residentes nesse município após a queda do Império. Tais indivíduos não se consolidaram como lideranças políticas da localidade. Em verdade, um dos fundadores do Núcleo, Maurício Sinke (1855-1932), teve uma presença episódica na vida social de Paranaguá. No Segundo Reinado

e na Primeira República, as principais atividades econômicas, partidárias e administrativas desse indivíduo foram realizadas no primeiro planalto do Paraná.¹²

A saída de republicanos históricos daquele município foi iniciada, nos anos 1880, com Fernando Simas e Maurício Sinke. No início da República, os negociantes Bernardo Soares e Guilherme José Leite também se evadiram de Paranaguá. Essa evasão não lhes proporcionou uma duradoura presença na vida política-administrativa das cidades para as quais migraram.¹³ Em suma, dos sete fundadores do mencionado Núcleo, quatro saíram de Paranaguá no fim do século XIX. Conforme demonstrado no curso deste artigo, os membros do Núcleo que continuaram politicamente ativos após 1889 tornaram-se aliados dos adesistas da República. Os adesistas ligados aos republicanos de Paranaguá eram provenientes tanto do Partido Conservador quanto do Partido Liberal.

O segundo elemento a ser ressaltado diz respeito à presença dos fundadores do Núcleo Republicano de Paranaguá em esquemas de nomeações para cargos estaduais e federais. A implantação da República não gerou um aumento substancial da quantidade de cargos exercidos pelos membros do Núcleo. Foram equânimes os números de postos administrativos por eles desempenhados ao tempo do Segundo Reinado e da Primeira República.

O terceiro elemento a ser ressaltado é a existência de diferenças quanto às carreiras políticas e ao desempenho eleitoral dos fundadores do Núcleo. Ao tempo do Império, apenas dois membros do Núcleo lançaram-se candidatos: Fernando Machado Simas, conforme acima mencionado, e Bernardo Soares Gomes Júnior. Tal indivíduo elegeu-se vereador de Paranaguá em julho de 1882. Ele obteve 29 votos na disputa pelas duas vagas de segundo escrutínio à Câmara Municipal. O seu único adversário, o negociante Gaspar Pinto de Souza, conquistou 22 votos (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02 ago. 1882, p. 3).

¹² Sinke permaneceu envolvido no movimento republicano após se evadir de Paranaguá. Em 1887, ele residia em Curitiba e participava da direção local do Partido Republicano (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14 dez. 1887, p. 2). Cabe salientar que um dos fundadores do Clube Republicano de Paranaguá, Júlio César Peixoto Fernandes, também não residiu por longo período nesse município. No início dos anos 1880, ele atuou como telegrafista em Campo Largo e Porto de Cima. Nos anos 1890, antes de se transferir para Ponta Grossa, exerceu tal ofício em Morretes e Antonina (A REPÚBLICA, 11 jul. 1891, p. 3).

¹³ Em 1890, Guilherme Leite foi nomeado Fiscal da Emissão do Banco Estado do Paraná. Este foi o único cargo público conseguido por ele ao tempo da Primeira República (A REPÚBLICA, 11 jan. 1890, p. 2). Contudo, a sua exoneração ocorreu dois meses após a nomeação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02 mar. 1890, p. 1).

Cabe destacar que, no início daquele mês, houve a eleição de primeiro escrutínio para os cargos de vereador e juiz de Paz de Paranaguá. Nessa oportunidade, Soares obteve apenas dois votos e, assim, conseguiu a nona colocação no pleito. Simas, por sua vez, angariou 22 sufrágios para o cargo de Juiz de Paz. Tal votação lhe garantiu a nona posição nesse pleito – eram quatro vagas em disputa (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12 jul. 1882, p. 3).

A análise do resultado da eleição municipal de 1882 permite a elaboração de três constatações sobre a ação política dos republicanos de Paranaguá. Uma constatação é que eles não conseguiram formar um eleitorado que votasse, simultaneamente, nos candidatos a vereador e a juiz de Paz. Portanto, no início dessa década não havia naquele município um grupo cativo de apoiadores para as distintas pretensões políticas dos republicanos. Outra constatação diz respeito ao fato de que, em tal contexto, os republicanos de Paranaguá eram eleitoralmente menos competitivos quando enfrentavam um número maior de candidatos.

Por fim, a coexistência das candidaturas de Bernardo Soares e Fernando Simas não era um indício da solidez da aliança política entre os fundadores do Núcleo Republicano de Paranaguá. A esse respeito, cabe salientar que Soares não participou da fundação do Clube Republicano dessa cidade, em 1887. Foi breve a sua presença no movimento republicano. Outros dois fundadores do Núcleo, Manuel Bonifácio e Ricardo Costa, também não participaram por longo tempo do movimento republicano. Em 1882, eles não pertenciam mais ao grupo de propagandistas da República em Paranaguá (SIMAS, 1940, p. 12).

A implantação de um novo regime político não propiciou, a todos os componentes do Núcleo, a conquista de posições decisivas nas esferas da administração pública. Por um lado, houve casos em que as nomeações obtidas após 1889 foram úteis para a reintegração do republicano histórico aos quadros da administração estadual.¹⁴ Por outro lado, a conquista de cargos públicos foi

¹⁴ A esse respeito, atente-se ao caso de Ricardo Antônio da Costa. Em 1886, na vigência de um Gabinete conservador, ele foi nomeado Promotor Público na Comarca de Antonina, no litoral paranaense (GAZETA PARANAENSE, 30 abr. 1886, p. 1). O envolvimento desse indivíduo no movimento republicano não lhe criou obstáculos para participar de esquemas de nomeações comandados pelos partidos monárquicos. Em 1895, Costa obteve o seu último cargo: Promotor Público da Comarca de Paranaguá. A sua passagem por tal cargo foi breve. Em 1898, ele foi exonerado (A REPÚBLICA, 17 mai. 1898, p. 2). Assim, o envolvimento de Costa em esquemas de nomeações lhe permitiu ser reintegrado a uma função que já exercera no Segundo Reinado.

importante para uma parcela dos republicanos de Paranaguá consolidar o seu pertencimento em cidades das quais não eram originários.¹⁵

As informações do Quadro 1 também evidenciam que o envolvimento no movimento republicano não gerou obstáculos para os fundadores do citado Núcleo desempenharem cargos públicos no contexto do Segundo Reinado. Fernando Simas, um dos principais nomes da propaganda republicana em Paranaguá, conseguiu obter nomeações após fundar o citado Núcleo.¹⁶ As relações econômicas mantidas por ele com o Governo do Paraná também não foram prejudicadas em virtude de suas inclinações políticas.¹⁷

Na seção seguinte deste artigo, convém demonstrar que a criação do Clube Republicano de Paranaguá não propiciou o aumento da unidade política entre os defensores locais da ideia de extinção da monarquia. As disputas internas aos membros dessa associação criaram barreiras para o enraizamento do Partido Republicano naquele município. Tal situação retirou o protagonismo dos republicanos históricos quanto à tarefa de consolidar essa agremiação. O protagonismo político, naquela cidade, foi exercido pelos adesistas.

Fundação, cisão e destino do Clube Republicano de Paranaguá

O Clube Republicano de Paranaguá foi fundado no dia 21 de agosto de 1887. Ao tempo de sua criação, ele obteve um número maior de adesões em relação ao Núcleo Republicano criado em 1881. Outra diferença entre tais associações diz respeito ao fato de que os gestores do Clube dedicaram-se, de forma mais consistente,

¹⁵ Nos primeiros anos de sua residência em Petrópolis, Fernando Simas exerceu três cargos públicos por meio de nomeação. Um desses cargos era o de presidente da Intendência Municipal (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 ago. 1890, p. 1). Ou seja, ele foi investido, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, no posto de gestor do município. Tratava-se de um contexto pouco anterior à realização de eleições para o cargo de prefeito no Brasil. Nessa época, Simas também se tornou, por meio de indicação do Governo fluminense, presidente da Comissão Censitária de Petrópolis (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 ago. 1890, p. 1). Em 1891, ele desempenhou a função de Delegado de Polícia dessa cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 11 abr. 1891, p. 3).

¹⁶ Em dezembro de 1881, época em que os liberais comandavam as políticas de nomeações, Simas obteve o cargo de Chefe de Polícia de Paranaguá (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04 jan. 1882, p. 1). Em agosto de 1885, momento do retorno dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial, Simas tornou-se Capitão do 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional em Paranaguá (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01 set. 1885, p. 1).

¹⁷ Em 1887, na vigência um Gabinete conservador, Simas foi contratado pelo Governo do Paraná para imprimir, em sua tipografia, três editais de interesse da Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros. Essa tarefa lhe rendeu 50\$800 réis (GAZETA PARANAENSE, 28 jun. 1887, p. 1). Em março de 1889, sob um Gabinete conservador, o republicano José Ferreira de Campos forneceu alimentos para o Lazareto da Ilha das Cobras. Ele recebeu 110 mil réis do Governo do Paraná por tal serviço (GAZETA PARANAENSE, 28 abr. 1889, p. 2).

à tarefa de manter uma conexão com republicanos de distintas províncias do Império.¹⁸

Houve semelhanças quanto ao perfil político e social dos fundadores do Núcleo e do Clube Republicano de Paranaguá. Por meio da análise do Quadro 2, é possível destacar que uma semelhança entre esses dois órgãos diz respeito ao fato de que a principal forma de os seus fundadores participarem da vida administrativa do Paraná era por meio do envolvimento em esquemas de nomeações para cargos do Governo Estadual.

De outra parte, de um total de oito republicanos históricos de Paranaguá que exerceram mandatos parlamentares, apenas dois desenvolveram uma efetiva carreira política. Tais indivíduos eram os negociantes José Gonçalves Lobo e Manuel Bonifácio Carneiro. Os demais mandatários tiveram passagens esporádicas pelas instituições do Poder Legislativo. No entanto, os republicanos de carreira política longa e os de breve atuação na vida partidária assemelhavam-se em virtude da filiação à grei situacionista do Paraná. Atente-se, pois, às informações presentes no Quadro 2.

Quadro 2 – Atuação administrativa, profissional e parlamentar dos fundadores do Clube Republicano de Paranaguá

Nome	Profissão	Profissão de membro da família	Município de residência após 1889	Total de nomeações para cargos públicos no Segundo Reinado	Total de nomeações para cargos públicos na Primeira República	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Benedito Antônio Guilherme	Servidor público estadual	–	Paranaguá (PR)	1	1	0	0
Cesalpino Luiz Pereira	–	–	–	–	–	–	–
Fernando Machado	Farmacêutico	Magistrado em	Rio de Janeiro	2	2	3	1

¹⁸ Nos anos seguintes à sua criação, o Clube Republicano Paranaguá manteve interlocução com entidades congêneres que funcionavam fora do Paraná. Em 1889, Guilherme José Leite (1855-1911), então presidente do Clube, foi um dos três representantes dessa província nos congressos republicanos que ocorreram nas cidades de Juiz de Fora, Rio de Janeiro e São Paulo (GAZETA DE NOTÍCIAS, 04 dez. 1889, p. 1).

de Simas		Curitiba (PR)	(RJ)				
Francisco José de Souza	Negociante	–	Paranaguá (PR)	0	2	0	0
Geraldo Devisé	–	–	Ponta Grossa (PR)	0	0	0	0
Germano Augusto Pirath	–	Servidor público municipal em Paranaguá (PR)	Paranaguá (PR)	0	0	0	0
Guilherme e José Leite	Negociante	–	Curitiba (PR)	0	1	1	0
Joaquim Guilherme e da Silva	Servidor público federal	–	Paranaguá (PR)	0	3	0	0
José Ferreira de Campos	Negociante	–	Paranaguá (PR)	0	1	1	0
José Gonçalves Lobo	Negociante	Servidor público federal em Paranaguá (PR)	Paranaguá (PR)	1	2	5	2
Júlio César Peixoto Fernandes	Servidor público federal	–	Ponta Grossa (PR)	0	0	0	0
Luiz Mariano de Oliveira	Professor	–	Curitiba (PR)	0	2	0	0
Manuel Figueira Neto	Negociante	–	Paranaguá (PR)	3	4	0	0
Manuel Lucas Evangelista	Servidor público estadual	–	Paranaguá (PR)	4	3	0	0
Nestor Victor dos Santos	Jornalista	–	Rio de Janeiro (RJ)	0	1	2	0
Teobaldo Dacheux	Servidor público municipal	Mecânico em Antonina (PR)	Paranaguá (PR)	0	0	0	0

Fontes: A República (PR); Dezenove de Dezembro (PR); Gazeta de Notícias (RJ); Gazeta Paranaense (PR).

A partir da análise de tal Quadro, cabe asseverar que uma semelhança entre alguns dos fundadores do Núcleo e do Clube Republicano de Paranaguá consistiu na realização de migrações internas. Assim, dos quinze fundadores do Clube cujos destinos foram possíveis de mapear, seis não permaneceram em Paranaguá após a implantação da República. Uma aproximação entre esses migrantes reside no fato de que o exercício de cargos públicos foi um elemento intrínseco ao início de seus processos de integração nas sociedades receptoras.

Tais cargos não lhes asseguraram o exercício de posições de destaque em esferas da administração pública. O desempenho desses cargos também não representou o começo de uma carreira longa no funcionalismo federal ou estadual.¹⁹ Porém, a obtenção desses postos permitiu que republicanos como Nestor Vitor dos Santos (1868-1932) experimentassem um processo de inserção mais estável nas cidades para as quais se transferiram.²⁰ Os cargos conquistados por Nestor Vitor, Fernando Simas e Luiz Mariano evidenciam que houve republicanos de Paranaguá que não demoraram a obter nomeações após a queda do Império.

Outro aspecto a ser destacado a partir das informações do Quadro 2 são os círculos sociais aos quais os republicanos históricos de Paranaguá se integraram. O reconhecimento desses círculos pode ser efetuado por meio da identificação das profissões que exerceram. Ele também é passível de ser realizado por meio da atenção às atividades sociais que tais republicanos desenvolveram no decorrer da Primeira República.

Os casos mais notórios de republicanos históricos de Paranaguá que se tornaram membros da elite local são os de José Gonçalves Lobo e Manuel Bonifácio Carneiro. Ambos os casos são estudados no último estágio desta investigação.

Ao mesmo tempo, existiram fundadores do Clube que se mantiveram próximos de indivíduos que pertenciam aos grupos mais inferiorizados da hierarquia social do município. Essa proximidade pode ser verificada na natureza das instituições às quais

¹⁹ Convém salientar o caso de Luiz Mariano de Oliveira. Em 1889, ele foi nomeado para o posto de 1º suplente de Subdelegado de Paranaguá. Contudo, logo pediu exoneração (A REPÚBLICA, 03 jan. 1890, p. 3). Em 1891, conseguiu outro cargo público: Administrador da Hospedaria de Imigrantes de Paranaguá (A REPÚBLICA, 08 fev. 1891, p. 1). Entretanto, a sua ocupação mais estável foi a de professor de uma escola noturna situada em Curitiba. Ele principiou a lecionar ali no ano de 1888 (A REPÚBLICA, 05 fev. 1888, p. 2).

²⁰ Em 1894, Nestor Vitor obteve o posto de Vice-Diretor do Ginásio Nacional, localizado na então capital federal (A REPÚBLICA, 03 jun. 1894, p. 3). Ele exerceu tal função até o ano de 1901, quando solicitou exoneração (RELATÓRIO DO MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, 1902, p. 157).

os criadores do Clube pertenceram. Um dos republicanos que cultivou ligações com membros das camadas populares de Paranaguá era Germano Augusto Pirath. Ele não integrou partidos políticos, bem como não foi absorvido aos esquemas de nomeações. Pirath não possuía ligações familiares com membros da elite local. Ele era aparentado, por exemplo, a um *lançador* (agente fiscal) da Prefeitura (DIÁRIO DA TARDE, 06 abr. 1922, p. 2).²¹

Desde os anos 1890, Pirath pertencia ao rol de sócios do Clube Operário Recreativo e Beneficente de Paranaguá (A REPÚBLICA, 14 jun. 1899, p. 1). Ele exerceu o cargo de segundo-secretário dessa entidade (DIÁRIO DA TARDE, 11 out. 1904, p. 2). Esse sodalício foi um espaço de convivência entre Pirath e outro fundador do Clube Republicano de Paranaguá, Manuel Lucas Evangelista.²² Tal indivíduo era um servidor público estadual que exerceu funções como a de professor de ensino primário, carteiro, remeiro e amanuense da Polícia do porto de Paranaguá (A REPÚBLICA, 19 nov. 1904, p. 2). No Clube Operário, ele foi o responsável por ministrar aulas noturnas para uma classe de sócios da entidade, bem como lecionou para os filhos dos associados (A REPÚBLICA, 30 mai. 1905, p. 1).

Falecidos no ano de 1914, Evangelista e Pirath pertenciam à categoria de republicanos históricos que não ingressaram na carreira política após a queda do Império.²³ Ao contrário de alguns dos participantes do movimento republicano de Paranaguá, eles não se evadiram desse município. Nesse contexto, a proximidade com os trabalhadores urbanos lhes permitiu coordenar ações de caráter recreativo e assistencial em favor de indivíduos que possuíam modesta condição social.

O desnível econômico que havia entre membros do Clube Republicano de Paranaguá era verificado entre os próprios negociantes. Eles se distinguiram em

²¹ O vínculo mais próximo de Germano Pirath com um personagem de elite local era a sua condição de cunhado de Antônio Henriques Gomes Filho, cujo pai era um negociante que exerceu mandato de vereador em Paranaguá pelo Partido Conservador, no fim dos anos 1880 (A REPÚBLICA, 03 nov. 1914, p. 2).

²² A Loja Maçônica Perseverança, de Paranaguá, também foi um local de interação entre republicanos históricos. Nessa entidade, nos anos 1900, houve o convívio entre Geraldo Devisé e José Gonçalves Lobo (DIÁRIO DA TARDE, 03 mai. 1902, p. 2). Esse convívio não foi duradouro. Devisé fez parte do grupo de republicanos históricos de Paranaguá que se evadiu desse município. No início dos anos 1910, ele já habitava a cidade paranaense de Ponta Grossa (A REPÚBLICA, 22 abr. 1913, p. 3).

²³ Manuel Lucas Evangelista era ligado ao partido situacionista do estado. No fim dos anos 1900, ele já estava filiado a tal agremiação, então denominada de Coligação Republicana (A REPÚBLICA, 25 jan. 1909, p. 1). Porém, esse indivíduo não obteve mandatos eletivos, bem como não ocupou postos na administração do diretório municipal da grei. Em resumo, ele pertencia à categoria dos funcionários públicos que faziam parte do séquito de eleitores do partido predominante do Paraná.

virtude do grau de prosperidade de suas atividades empresariais. Essas distinções são evidenciadas nas relações de credor e devedor que existiram entre alguns dos fundadores do Clube.

José Gonçalves Lobo e Manuel Bonifácio Carneiro foram os republicanos históricos que conciliaram, de forma mais estável, poder político e poder econômico. Guilherme José Leite, por seu turno, vivenciou a falência de seus negócios. Tal falência foi decretada pelo Superior Tribunal de Justiça do Paraná (JORNAL DO BRASIL, 21 nov. 1898, p. 3). Para atestar as diferenças econômicas entre os negociantes pertencentes àquele Clube, compete destacar que Guilherme Leite, ao tempo de sua derrocada financeira, possuía dívidas com José Gonçalves Lobo (A REPÚBLICA, 07 out. 1897, p. 3).²⁴

A desagregação do grupo de fundadores do Clube Republicano de Paranaguá tornou-se evidente no período imediatamente posterior à queda do Império. Um indício dessa desunião foi verificado no episódio da perda de apoio político do primeiro presidente do Clube. Outro indício consistiu na aproximação, no início da República, entre uma parcela dos republicanos históricos de Paranaguá e antigos monarquistas. A análise de tais episódios permite evidenciar que, desde os primórdios de seu funcionamento, o Clube não se apresentou como um órgão marcado pela sólida aliança entre os seus integrantes.

Desde a época de sua criação, em 1887, o Clube Republicano de Paranaguá não possuía membros eleitoralmente competitivos. Em tal ano, os integrantes dessa associação lançaram o engenheiro civil Jorge Desmarais como candidato ao cargo de deputado provincial pelo 1º distrito eleitoral (FREITAS, 1999, p. 360). Ele vivia em Curitiba. Assim, o Clube optou por homologar a candidatura de um indivíduo que não possuía consistentes ligações políticas e sociais no litoral do Paraná.

A candidatura de Desmarais evidencia que o Clube preferiu apoiar um postulante que estava integrado ao Partido Republicano sediado na capital paranaense. Todavia, essa candidatura não teve o respaldo do eleitorado do 1º distrito eleitoral da província, pois esse engenheiro não consta na relação dos

²⁴ Nesse contexto, não era apenas o negociante José Lobo que se apresentava como um credor de Leite. Outro membro da elite econômica de Paranaguá, Moisés Ribeiro de Andrade, também lhe cobrava o pagamento de dívidas (A REPÚBLICA, 07 out. 1897, p. 3). Leite faleceu em 1911. Nessa época, ele residia na cidade do Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 11 ago. 1911, p. 16). Em suma, após experimentar o declínio de suas atividades políticas e econômicas, Leite se evadiu de Paranaguá.

postulantes eleitos e não eleitos naquele pleito (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21 dez. 1887, p. 2).

Tais informações permitem destacar que o Clube Republicano de Paranaguá não tinha a força eleitoral suficiente para sustentar candidaturas ao pleito para deputado provincial. Essa entidade não reunia as condições para promover, no 1º distrito eleitoral da província, a formação de chapas completas de candidatos. A escolha de Desmarais como candidato oficial do Clube também denota que essa agremiação reconheceu que não possuía nomes eleitoralmente competitivos em seu rol de associados.²⁵

Ao lado do problema da baixa competitividade eleitoral, existiam rivalidades entre os componentes do Clube. No início da Primeira República, os desacordos entre os membros dessa associação impediram que eles se acomodassem em posições de relevo no Partido Republicano existente no Paraná. Um dos episódios das querelas entre membros do Clube Republicano de Paranaguá é datado de março de 1890.

Nessa época, uma parte dos componentes do Clube não reconhecia a autoridade do presidente da agremiação, Guilherme José Leite. Por consequência, os dissidentes realizaram reuniões políticas paralelas àquelas efetuadas pelo Clube. Os dissidentes buscavam adesões ao grupo político que estavam a constituir. Para desmentir as acusações formuladas por Guilherme Leite, eles enviaram um telegrama para o jornal *A República*. Nele, afirmaram que os seus correligionários não eram coagidos a aderir ao grupo político que à época se formava. Tratava-se, segundo os dissidentes, de um movimento espontâneo de adesões:

À “A República” – Telegrama do “Quinze” publicado hoje, assignado Guilherme Leite, presidente suposto club republicano histórico, além de falso é calunioso. Reunião mais de cem pessoas, adesões continuam. Desafiamos declarar qual empregado coagido assignar. Joaquim Guilherme, Francisco Souza, Albino Silva (A REPÚBLICA, 20 mar. 1890, p. 3).

Cabe fundamentar a hipótese de que as cizânias entre os republicanos históricos de Paranaguá datavam, ao menos, desde o ano anterior. Para corroborar tal afirmação, cumpre salientar que, em dezembro de 1889, o Partido Republicano

²⁵ Desmarais obteve oito votos na eleição interna que o Clube realizou para escolher seu candidato. Os demais nomes sufragados nessa ocasião eram os seguintes: Eduardo Mendes Gonçalves (dois votos), José Correia de Freitas (um voto) e Maurício Sinke (um voto). Tais indivíduos residiam em Curitiba (FREITAS, 1999, p. 360).

sediado na cidade de Curitiba iniciou um processo de expansão pelo Estado do Paraná. Assim, houve a formação de comissões municipais encarregadas de estruturar localmente a agremiação. Ao todo, foram implantadas quinze comissões. No litoral do estado, ocorreu a formação de comissões em Antonina, Morretes e Porto de Cima. A cidade de Paranaguá, cujo movimento republicano estava em atividade desde o início da década, não teve uma comissão do Partido Republicano instaurada naquele momento (A REPÚBLICA, 04 dez. 1889, p. 1).

Os republicanos dessa cidade não exerceram o controle sobre a criação de diretórios municipais dessa agremiação. Tal controle foi conquistado pelos adesistas. Após a implantação da República, os membros da família Guimarães, antigos adversários dos republicanos históricos de Paranaguá, tornaram-se os chefes locais do Partido Republicano. Essa grei apoiava os governadores do Paraná. Portanto, foram indivíduos ligados ao Partido Conservador, como João Guilherme Guimarães e Teodorico Júlio dos Santos, que desempenharam posições mais relevantes na vida política de Paranaguá após 1889. Em verdade, os próprios membros da oposição possuíam ligações com os partidos monárquicos.²⁶

Fernando Simas e Guilherme Leite foram os únicos fundadores do Clube Republicano de Paranaguá que participaram como candidatos de eleições parlamentares ocorridas no início da Primeira República. Eles pertenceram à União Republicana, um partido de oposição. Essa grei era liderada por Generoso Marques dos Santos (1844-1928), que pertencera ao Partido Liberal (SÊGA, 2005).

A presença de Guilherme Leite e Fernando Simas na União Republicana consiste em uma evidência de que as divergências entre os republicanos de Paranaguá perduraram nos anos seguintes ao fim do Império. Nesse contexto, uma parte dos fundadores do Clube se acomodou no grupo oposicionista. Outra parte se vinculou aos situacionistas. A atuação como oposicionistas não permitiu que Leite e

²⁶ Em 1900, João Guilherme Guimarães era opositor do Partido Republicano Federal, a agremiação situacionista do Paraná. Nessa época, tal negociante buscou permanecer no posto de prefeito de Paranaguá. Dentre os candidatos a vereador de sua chapa estava Antônio Henriques Gomes, o qual exercera mandato na Câmara de Paranaguá pelo Partido Conservador, de 1887 a 1889. A chapa liderada por Guimarães foi derrotada. O candidato a prefeito da chapa vitoriosa era Teodorico Júlio dos Santos, que também pertencera ao Partido Conservador (DIÁRIO DA TARDE, 21 jun. 1900, p. 3). Em suma, os adesistas da República comandaram a Prefeitura de Paranaguá entre as décadas de 1890 e 1900.

Simas se fortalecessem no jogo partidário estadual. A atividade política desses indivíduos foi limitada ao começo dos anos 1890.

Em 1890, Simas foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte (A REPÚBLICA, 19 out. 1890, p. 3). Ele também exerceu mandato de deputado federal, entre os anos de 1891 e 1893. Simas não tentou a reeleição para tal cargo. Cabe também ressaltar que ele teve uma breve atuação como dirigente partidário. Em 1891, participou da montagem da chapa de candidatos da União Republicana ao Congresso Legislativo do Paraná. Guilherme Leite foi incluído nessa chapa (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 24 fev. 1891, p. 2). Tal negociante conseguiu se eleger. Contudo, este foi o único pleito do qual participou como candidato.

Foi o apoio de antigos membros da grei liberal que assegurou a conquista dos mandatos de Leite e Simas. Assim, uma semelhança entre os republicanos históricos de Paranaguá que exerceram mandatos após 1889 consiste no fato de que a aliança com egressos dos partidos monárquicos permitiu a concretização de suas ambições políticas.

De sua parte, o Clube Republicano de Paranaguá assumiu gradativamente o aspecto de entidade recreativa. Na Primeira República, ele sediou bailes dominicais (DIÁRIO DA TARDE, 17 set. 1913, p. 3) e bailes de carnaval (A REPÚBLICA, 17 fev. 1917, p. 2). Tal entidade também ofereceu cursos como o de Economia Doméstica (A REPÚBLICA, 25 mai. 1917, p. 1) e Escrituração Mercantil (A REPÚBLICA, 08 abr. 1919, p. 1).

A mudança de cidade, o abandono das lides partidárias e o exercício ocasional de cargos públicos foram aspectos inerentes aos destinos de uma parcela dos fundadores do Clube Republicano de Paranaguá no decorrer dos anos 1890. Quanto aos fundadores que permaneceram politicamente ativos nesse município, cabe ressaltar que a principal característica de seus percursos consistiu na vinculação ao partido predominante do estado.

José Gonçalves Lobo e Manuel Bonifácio Carneiro: aspectos convergentes de dois percursos políticos

A finalidade desta seção é investigar a natureza das oportunidades econômicas e sociais conquistadas pelos dois republicanos históricos de Paranaguá que desenvolveram uma carreira política duradoura. Trata-se de evidenciar que o poder

político de que dispunham era limitado ao âmbito desse município. Eles se tornaram, assim, agentes locais da consolidação do partido situacionista do Paraná.

As informações inseridas no Quadro 2 permitem salientar que uma diferença de José Lobo, fundador do Clube Republicano, e Manuel Bonifácio, criador do Núcleo Republicano, em relação aos demais envolvidos na implantação dessas entidades consistiu no exercício de mandatos no Poder Executivo. A conquista desses mandatos ocorreu na etapa final das carreiras políticas de tais negociantes.

O momento capital da trajetória política de Manuel Bonifácio abarcou os anos de 1896 a 1904. Nesse contexto, ele foi presidente da Câmara de Paranaguá (1896-1900), manteve sociedade comercial com uma antiga liderança conservadora, o citado João Guilherme Guimarães, e atingiu o posto de 2º vice-presidente do Estado do Paraná em 1904. Bonifácio faleceu no exercício desse cargo, em 1905 (DIÁRIO DA TARDE, 02 jan. 1905, p. 2).

Ao mesmo tempo, compete situar Manuel Bonifácio como um político que, de modo análogo a outros integrantes da elite local, estava envolvido na gestão de entidades assistenciais. Em 1902, por exemplo, ele atuou como Provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá (DIÁRIO DA TARDE, 27 jan. 1902, p. 1). Para atestar a existência de um aspecto comum às trajetórias desse indivíduo e de seus principais aliados na vida partidária, cabe ressaltar que os antecessores de Manuel Bonifácio na naquele posto eram os citados Teodorico Júlio dos Santos e João Guilherme Guimarães (FREITAS, 1999, p. 253).

Por outro lado, as críticas veiculadas na imprensa contra personagens da elite social paranaense evidenciam a existência de uma hierarquização no interior da classe política de Paranaguá. Nessa hierarquia, Manuel Bonifácio estava situado em posição inferior àquela ocupada pelos referidos aliados. Mais precisamente, ele estava acomodado em uma posição mais subalterna em relação aos membros da família Guimarães.

Em 1896, por exemplo, Bonifácio foi acoimado por um adversário anônimo como *factótum* do senador Arthur Ferreira de Abreu (1850-1900), o qual possuía ligações familiares com os Guimarães (A REPÚBLICA, 06 fev. 1896, p. 1). Desse modo, Bonifácio foi classificado pelo seu antagonista, no contexto dos anos 1890, como um indivíduo que obedecia aos comandos de outro político situacionista.

Há indícios de que eram verticalizadas as relações sociais e políticas mantidas entre o citado republicano histórico e os adesistas da família Guimarães. Tais relações foram constituídas na época do Segundo Reinado. Eles conviveram no Clube Literário de Paranaguá desde os anos 1880. Nesse âmbito, trata-se de salientar que Bonifácio ocupou o posto de segundo-secretário desse sodalício no ano de 1882. Em tal época, João Guilherme Guimarães era o presidente da instituição (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26 jul. 1882, p. 2). Assim, a adesão dos Guimarães à República não foi o acontecimento responsável pela socialização de Bonifácio com os componentes dessa família.

Entretanto, Bonifácio não acompanhou João Guilherme Guimarães quando este passou para o campo oposicionista em Paranaguá, em 1900. O esgotamento de suas relações com tal parentela foi evidenciado no episódio da dissolução da sociedade comercial que manteve com João Guimarães. A empresa que eles extinguíram era denominada *Guimarães & Cia.* (A REPÚBLICA, 13 fev. 1900, p. 3).

Por outro lado, a fidelidade ao Partido Republicano Federal assegurou a Bonifácio a oportunidade de participar de deliberações do diretório estadual dessa grei (A REPÚBLICA, 21 jan. 1903, p. 1). Um aspecto inerente à trajetória de tal indivíduo foi a estável permanência na agremiação governista. Assim, a filiação ao grupo situacionista lhe garantiu, no fim de sua carreira, posições decisivas na vida administrativa paranaense. Uma dessas posições era o cargo que lhe permitiu constar na linha sucessória do Governo do Estado.

De sua parte, José Gonçalves Lobo começou a obter espaço na cena política de Paranaguá no ano de 1908, aos 42 anos de idade. Nessa ocasião, ele era integrante da Coligação Republicana, denominação utilizada à época pela agremiação situacionista do Paraná. No mencionado ano, Lobo atingiu a condição membro do núcleo dirigente da Coligação em Paranaguá (A REPÚBLICA, 05 mar. 1908, p. 3).

A filiação a esta grei permitiu que José Lobo obtivesse, em 1908, o seu primeiro mandato de vereador em Paranaguá. A carreira política desse negociante seguiu por um itinerário análogo àquele que os membros da elite local percorreram. A vinculação aos governistas permitiu que Lobo não encontrasse dificuldades para se reeleger vereador, em 1912. Foi o candidato mais votado na ocasião, com 438 votos (DIÁRIO DA TARDE, 22 jun. 1912, p. 1). Em seguida, ele conquistou o posto de

presidente da Câmara Municipal, o qual lhe permitiu exercer interinamente o cargo de prefeito (A REPÚBLICA, 06 fev. 1915, p. 2).

A primeira eleição de José Lobo para o posto de prefeito de Paranaguá ocorreu em 1916. Nesse ano também houve a nomeação, após aprovação em concurso, de um filho seu, José Gonçalves Lobo Filho, para o cargo de segundo-oficial da Alfândega de Paranaguá (A REPÚBLICA, 04 ago. 1916, p. 2). Esse funcionário público federal não se envolveu nas lides partidárias. Desse modo, José Lobo, pai, não teve herdeiros políticos. Ao mesmo tempo, não foi expressivo o seu envolvimento em esquemas de nomeações para cargos públicos.

A conquista do segundo mandato de deputado estadual, em 1919, e a reeleição para o cargo de prefeito de Paranaguá, em 1920, foram os principais momentos de sua atuação na vida partidária. De modo análogo ao caso de Manuel Bonifácio, um indicador da ascensão política de Lobo era a participação em reuniões que ocorriam no diretório central da agremiação governista, que passara a ser denominada de Partido Republicano Paranaense (A REPÚBLICA, 24 set. 1917, p. 1).

José Lobo e Manuel Bonifácio decidiram permanecer vinculados ao partido predominante em períodos marcados pela abertura de dissidências tanto em âmbito municipal quanto em nível estadual. Eles se posicionaram como defensores das alas do partido que se encontravam no comando do Governo do Paraná e da Prefeitura de Paranaguá. Tal postura lhes propiciou a acomodação nos postos mais relevantes da vida política dessa cidade.

Nesse particular, compete mencionar que José Lobo, após o fim do seu segundo mandato de prefeito, permaneceu próximo dos indivíduos que apoiaram o partido governista no Paraná da Primeira República. Vinculado a antigos aliados, ele se elegeu vereador de Paranaguá em 1935.²⁷ Em síntese, a ascensão política dos citados negociantes decorreu da capacidade de se tornarem personagens dotados de sólida integração na administração de diretórios governistas. O pertencimento ao núcleo dirigente desses diretórios lhes foi politicamente mais relevante do que o eventual exercício de cargos da administração estadual.

²⁷ O fim da carreira política de José Lobo foi marcado pelo exercício do terceiro mandato à Câmara de Paranaguá. Nessa época, ele estava filiado à União Republicana do Paraná. Tratava-se de um partido de oposição ao então governador Manuel Ribas (DIÁRIO DA TARDE, 24 set. 1934, p. 4).

Considerações finais

O propósito central deste artigo consistiu em investigar as formas de ação política de indivíduos que, enraizados na cidade paranaense de Paranaguá, foram os precursores locais do movimento republicano. Nos anos finais do Império, tais precursores já se encontravam politicamente cindidos. Em um sentido amplo, a execução desta abordagem reuniu elementos para a compreensão da natureza dos obstáculos impostos ao desenvolvimento das campanhas eleitorais e da propaganda republicana em um município sulino. Compete, assim, salientar três constatações apresentadas na presente análise.

Primeiro, notou-se que os republicanos históricos malograram na tarefa criar, na região litorânea do Paraná, entidades dedicadas ao recrutamento de correligionários e à defesa de candidaturas parlamentares. O Núcleo e o Clube Republicano de Paranaguá não possuíam em seus quadros indivíduos suficientemente competitivos para disputar eleições provinciais. Ao mesmo tempo, nos anos finais do Império os precursores locais do movimento republicano já não mantinham entre si uma consistente aliança política.

Segundo, as disputas internas criaram dificuldades para o Clube Republicano de Paranaguá desempenhar suas funções mais elementares. Dentre tais funções, constavam a realização da propaganda do ideário republicano e a manutenção de interações regulares com correligionários de diferentes regiões do Paraná. Em um contexto marcado pelo dissídio entre os seus membros, a referida entidade não pôde auxiliar o Partido Republicano do Paraná na tarefa de organizar diretórios municipais. Ou seja, o Clube não assumiu o protagonismo no processo de estruturação local desse partido. Por consequência, o destino do Clube foi assumir a condição de entidade recreativa.

Terceiro, a maior parte dos republicanos de Paranaguá não teve relevante participação na vida partidária após 1889. Os poucos republicanos dessa cidade que desempenharam sucessivos mandatos tiveram seus percursos marcados pela irrestrita fidelidade ao partido governista. Essa fidelidade resultou na conquista da posição de chefes políticos municipais.

Fontes

A República (PR)

Atas da Câmara Municipal de Paranaguá, ano de 1886. Arquivo da Câmara Municipal de Paranaguá (Rua João Estevão, 361, Centro Histórico, Paranaguá, Paraná).

Código Criminal do Império do Brasil. Lei de 16 de dezembro de 1830.²⁸

BRASIL. **Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Sabino Barroso Júnior**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

Dezenove de Dezembro (PR)

Diário da Tarde (PR)

Diário do Comércio (PR)

Gazeta de Notícias (RJ)

Gazeta Paranaense (PR)

Jornal do Brasil (RJ)

Jornal do Comércio (RJ)

Livre Paraná (PR)

Referências bibliográficas

BEGA, Maria Tarcisa da Silva. **Letras e política no Paraná**: simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba: Ed. da UFPR, 2013.

BOEHRER, George. **Da Monarquia à República**: história do Partido Republicano. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In:

HEINZ, Flávio (Org.). In: **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 41-54.

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná**: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de. **História de Paranaguá**. Curitiba: Vicentina, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. Silva Jardim: a República e o vulcão. **Estudos Avançados**, vol. 12, p. 277-286, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico**: do Império à República. Vol. 7, Tomo II. São Paulo: Difel, 1972.

LIMA, Heitor. **Perfil político de Silva Jardim**. São Paulo/Brasília: Nacional/INL, 1987.

²⁸ Disponível no seguinte sítio eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>

MAIA, Júlio. Lista geral dos bacharéis e doutores formados pela Faculdade de Direito de São Paulo até 1900. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, vol. 8, p. 209-291, 1900.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2012.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. **O ideal republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado, 1870-1889**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1983.

PRADO, Maria Emília. O significado da liberdade nos propagandistas da República. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 411, p. 57-77, abril-junho de 2001.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **O movimento republicano na Bahia**. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 1990.

SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos**: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do estado (1889-1907). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

SILVA, Ciro. **Quintino Bocaiúva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, Eduardo. **Ideias políticas de Quintino Bocaiúva**. Brasília: Senado Federal, 1986.

SIMAS, Hugo. **Paranaguá e a República**. Curitiba: Edição de Dicésar Plaisant, 1940.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, 115-137, 2011.

TAVARES, Aurélio. **Aristides Lobo e a República**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

VANALI, Ana Christina. **“Ao povo paranaense”**: a vida do cidadão Manoel Corrêa de Freitas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2017.

VERNALHA, Milton Miró. **Do Império à República**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1989.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais**: a Província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 97-121.

Recebido em Fevereiro de 2019
Aprovado em Dezembro de 2019